

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Privatizações de estatais podem ser adiadas	2
Título: TJRJ derruba liminar sobre corte de luz.....	4
Título: Crise pressiona venda da Eletrobras.....	5
Título: Petrobras cortará compras de gás da Enauta e PetroRio	6
Título: Estatal mira mais cortes de pessoal.....	8
Título: Braskem avalia se desfazer de ativos não estratégicos	9
Título: EUA cogitam taxar petróleo importado para elevar preço	11
Título: A contribuição dos serviços essenciais durante a crise	13
Título: Destaques	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: O petróleo e a implosão de uma geopolítica	16
Título: » Na hora.....	18
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Alô, ministro Bento Albuquerque!	19
Título: Brasil é pressionado a reduzir produção de petróleo	19
Título: Com programa de incentivo, Petrobras quer aposentar 3.800	21
Título: Campeãs de royalties usam recursos do petróleo contra vírus.....	22
Título: Governo vai bancar contas de luz para a baixa renda	24

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/04/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima e Rodrigo Polito — De São Paulo e do Rio****Título: Privatizações de estatais podem ser adiadas**

Peças importantes nos planos de ajuste fiscal de estados, as privatizações de elétricas estatais devem ter dificuldades para sair do papel neste ano. Ainda que a estruturação das vendas não tenha sido paralisada pela crise, especialistas ouvidos pelo **Valor** entendem que não há ambiente para que elas aconteçam num futuro próximo. A avaliação é que os estados podem preferir postergá-las para quando o mercado estiver mais favorável.

Mas isso não significa marasmo para o setor elétrico: há quem aposte num aquecimento de outros tipos de operações, de fusões e aquisições, a partir do segundo semestre, com empresas menores colocando à venda ativos que podem chamar a atenção de grandes grupos do setor.

Pelo lado das privatizações, o calendário previsto para 2020 inclui pelos menos duas companhias, que estão com processos adiantados: a CEEE, do Rio Grande do Sul, e a CEB, de Brasília. Ambas contam com o suporte do BNDES para a desestatização, e a expectativa é que os estudos de modelagem e 'valuation' sejam concluídos até o fim de abril.

São empresas que já estavam no radar dos investidores, principalmente de estrangeiros. O problema é que a crise gerada pela pandemia da covid-19 mudou as prioridades das empresas no mundo todo, e operações estratégicas mirando o longo prazo podem ficar em segundo plano.

Especialistas não descartam a possibilidade de que grandes companhias, com caixa robusto para suportar a crise, aproveitem o momento para arrematar boas oportunidades no setor elétrico brasileiro. Por outro lado, apontam que privatizações são mais complexas, até por envolverem empresas que são hoje ineficientes e precisam passar por uma virada dos negócios.

Para Renato Ajimura, responsável pelos clientes multinacionais do banco MUFG Brasil, a sensação é que essas operações entraram em compasso de espera. No entanto, ele relata que clientes do banco continuam pedindo informações setoriais e dos desdobramentos da crise no Brasil. Essa "ânsia" por entender as movimentações locais vem sobretudo da China, onde o pico da epidemia já passou e as atividades começam lentamente a voltar à normalidade. Já os

européus, que lidam agora com a fase crítica da epidemia, parecem estar olhando para dentro de casa, diz.

Na visão de Renato Sucupira, presidente da BF Capital, o principal empecilho para as operações é a falta de crédito no mercado. De acordo com ele, as privatizações podem até ir a mercado, mas a menor liquidez deve reduzir a quantidade de interessados nas vendas.

Com o ambiente carregado de incertezas, e com as consequências da crise podendo ser até mais duradouras do que se imagina hoje, ficou mais complicado precificar os ativos e os riscos envolvidos nos negócios, destaca Lavinia Hollanda, sócia e diretora executiva da consultoria Escopo Energia. “Fico em dúvida se teremos demanda por ativos no futuro próximo, este ano ou até em 2021”, opina a diretora.

Na ponta vendedora, a avaliação é que as privatizações tendem a perder importância no curto prazo, diante da urgência do enfrentamento da epidemia. “Vemos uma ‘enxurrada’ de normas, decretos, medida provisória, não sei se os governos têm agenda para isso”, afirma Leonardo Miranda, sócio do TozziniFreire Advogados. Mesmo que desejem seguir com as operações como forma de gerar caixa, esse é um momento de “perda de valor”, complementa Pedro Seraphim, sócio do mesmo escritório.

“Quando a situação desanuviar um pouco, acho que há chances mais efetivas de o mercado andar”, avalia Alexandre Gossn Barreto, sócio do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Para ele, não há dúvidas de que a agenda de desestatização será firmemente retomada pelos estados.

Consultadas, as companhias e governos estaduais dizem que os processos de privatização estão em andamento e que, por ora, não estão reavaliando datas. Na CEEE, a missão é encerrar o ano com todas as divisões (distribuição, geração e transmissão) privatizadas, disse ao **Valor** o presidente da elétrica, Marco Soligo. Já a CEB diz que os estudos junto ao BNDES e consultores seguem o cronograma, e acrescentou que os “efeitos econômicos” da pandemia serão considerados no processo, “seja pela expectativa dos agentes interessados na aquisição das ações seja pelos impactos esperados no caixa da companhia”.

Quanto às operações de M&A, elas podem ganhar tração a partir do segundo semestre, afirma o executivo de uma grande companhia do setor, que falou em condição de anonimato. Em sua visão, várias empresas de menor porte e que não têm o setor como “core business” devem colocar ativos à venda para fazer caixa, podendo atrair os “grandes consolidadores” do setor.

Na mesma linha, o diretor da consultoria Roland Berger, Daniel Martins, enxerga possibilidade de consolidação nas áreas de geração eólica e solar e de comercialização de energia. “Seja privatização, seja venda de ativo, é possível que isso aconteça em distribuição também”, afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: TJRJ derruba liminar sobre corte de luz

Para o tribunal, medida é inconstitucional, pois cabe ao governo federal e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) regular o serviço público de energia

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) suspendeu liminar que obrigava a Light a cumprir determinação da lei estadual 8.769/2020, que proíbe cortes no fornecimento de energia de todos os tipos de clientes. No entendimento do tribunal, a medida é inconstitucional, pois cabe ao governo federal e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) regular o serviço público de energia elétrica.

A decisão do TJRJ se deu no âmbito de processo movido pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que solicitava que a Light cumprisse a resolução número 878/2020 da Aneel e a lei estadual 8.769. A comissão obteve decisão liminar em primeira instância determinando o cumprimento pela distribuidora das duas normas. A concessionária, porém, recorreu e obteve decisão do TJRJ suspendendo a liminar. Com isso, a Light está obrigada a cumprir apenas a resolução da agência reguladora.

A Aneel, por meio da resolução 878, determinou a suspensão do corte no fornecimento de energia apenas dos consumidores residenciais e de serviços essenciais que ficarem inadimplentes pelos próximos três meses, devido ao impacto da pandemia do coronavírus para a atividade econômica e a renda.

A lei estadual 8.769, por sua vez, havia determinado a proibição do corte de energia, água e gás para qualquer tipo de consumidor, incluindo comerciais e industriais, que não pagassem as faturas. Os débitos acumulados seriam cobrados futuramente, em parcelas, sem juros ou multa.

“Cabe ressaltar que a Light segue cumprindo a Resolução 878 da Aneel”, informou a elétrica, em nota. “Desta forma, as distribuidoras estão impedidas de suspender o fornecimento de energia, durante a vigência da resolução, por inadimplemento apenas de unidades consumidoras relacionadas à serviços e

atividades considerados essenciais; onde existam pessoas usuárias de equipamentos vitais e dependentes de energia elétrica; e clientes residenciais”.

Segundo Vítor Alves de Brito, advogado do escritório Sergio Bermudes, que representa a Light no caso, a decisão do TJRJ é importante porque impede a proibição do corte de energia genérico. Ele destaca que mais de 80% da recuperação de receita de clientes inadimplentes é por meio do corte. “A decisão foi importante para afastar a lei estadual no que tange à proibição do corte generalizado e viabilizar a prestação de serviço público”, disse ele, destacando que, neste momento, é importante o fortalecimento das instituições e o afastamento de medidas locais descentralizadas e inconstitucionais.

A Defensoria Pública do Rio disse que o mérito da ação ainda não foi julgado e pediu a inclusão como parte na causa, junto com a Alerj.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Letícia Fucuchima — Do Rio e de São Paulo

Título: Crise pressiona venda da Eletrobras

A privatização da estatal ajudaria a reduzir o déficit nas contas públicas

A crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19 eliminou qualquer esperança de privatização da Eletrobras em 2020, ao mesmo tempo em que vai aumentar a pressão pela venda da estatal a partir do próximo ano, para reduzir o déficit nas contas públicas, que explodiu com a necessidade de injeção de liquidez na economia brasileira. A estimativa do governo é que o déficit primário do setor público consolidado pode alcançar R\$ 500 bilhões neste ano.

Para a economista, ex-diretora de desestatização do BNDES e ex-integrantes do conselho de administração da Eletrobras, Elena Landau, o plano atual de privatização da elétrica, elaborado pelo governo Temer e mantido por Bolsonaro, foi feito para garantir a sobrevivência da elétrica. O modelo prevê um “follow-on” (oferta subsequente), em que a União teria sua participação reduzida para menos da metade, criando uma empresa sem controlador definido.

“Se o objetivo do governo for arrecadar dinheiro, vai ter que mudar a forma de venda. Vai ter que vender o controle. Se mantiver a capitalização, o dinheiro

para o Tesouro será muito pouco, ainda mais depois da depreciação das ações da Eletrobras”, disse Elena, defendendo que a privatização seja coordenada pela secretaria do Tesouro Nacional.

A grande objeção a esse plano é colocar um terço do parque gerador do país nas mãos de um grupo privado. Uma saída, porém, seria vender separadamente as subsidiárias regionais da Eletrobras. Segundo Elena, essa alternativa também resolveria a interferência política nas subsidiárias. “A privatização nunca foi agenda prioritária desse governo. Se não fosse o empenho da própria empresa, ela [privatização] teria morrido”

A questão é que é justamente a gestão da empresa, presidida por Wilson Ferreira Junior, a maior defensora da capitalização da Eletrobras. O modelo prevê o uso de recursos da venda para “descotizar” usinas antigas da estatal e dar fôlego para novos investimentos.

No fim de março, Ferreira manteve o plano de privatização, mas admitiu que, devido à crise, a operação ficará para o próximo ano.

A expectativa é a mesma de Lavinia Hollanda, sócia e diretora da consultoria Escopo Energia. Para ela, o fato de o governo ter retirado do Orçamento de 2020 a receita prevista com a privatização é um sinal “claro” de que não há ambiente político para a aprovação do PL neste ano.

“Se vai acontecer ou não [a privatização], não dá para saber. Mas eu esperaria que, com o ônus que está sendo criado ao orçamento público, toda e qualquer medida que trouxer recursos será perseguida ativamente pelo governo”, disse Roberto Lima, sócio especializado em energia do Cescon Barriou Advogados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Raquel Brandão e André Ramalho — De São Paulo e do Rio

Título: Petrobras cortará compras de gás da Enauta e PetroRio

A Petrobras notificou a Enauta e a PetroRio sobre a intenção de reduzir o volume de gás natural que compra de suas duas sócias no campo de Manati, na Bahia. Segundo a Enauta, a estatal alegou motivo de força maior, devido à crise econômica desencadeada pela pandemia do novo coronavírus, para quebra de contrato.

Em comunicado ao mercado, a Enauta contesta a versão da Petrobras e informou que “analisa as alternativas que dispõe para evitar e/ou mitigar os riscos” que uma redução na venda do gás de Manati pode acarretar nos seus negócios. A empresa, antiga Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), esclareceu ainda que adotará “todas as medidas necessárias à salvaguarda dos seus direitos”.

O gás produzido em Manati é vendido integralmente pelas sócias, em caráter de exclusividade, para a Petrobras, com base num contrato que prevê a compra de um volume mínimo pela estatal, por meio da cláusula de “take-or-pay” - volume mínimo de gás que uma empresa se compromete a retirar e pelo qual paga independente de consumir. A Enauta informou que foi notificada pela Petrobras, contudo, de que a atual pandemia configuraria evento de força maior que poderia levar à queda do consumo de gás pelo mercado e, assim, vir a afetar seu compromisso de retirada de gás com os sócios. O **Valor** apurou que essa notificação chegou também à PetroRio, outra sócia da estatal no ativo.

Uma fonte explicou, sob a condição de anonimato, que a Petrobras pode “ganhar algum tempo” com a medida, mas que no futuro terá de compensar os sócios pelos volumes não retirados. O problema é que, num momento em que a queda dos preços do petróleo afeta o caixa das petroleiras, os sócios de Manati não poderão contar com o cronograma de pagamentos esperado para o curto prazo em seu fluxo de caixa.

A exposição da Enauta ao ativo é maior. Em 2019, por exemplo, um terço das receitas líquidas da companhia veio de Manati. No caso da PetroRio, esse percentual foi da ordem de 5% no ano passado.

Manati é um dos dez maiores campos de gás do Brasil. É operado pela Petrobras (35%), em sociedade com a Enauta (45%), PetroRio (10%) e a Geopark (10%). Procuradas, a Petrobras e a PetroRio não responderam até o fechamento da edição. A Enauta preferiu não comentar. O **Valor** não conseguiu contato com a Geopark.

O imbróglio em Manati ocorre num momento em que a indústria de gás natural, como um todo, passa por uma repactuação geral dos contratos, em toda a cadeia. Petrobras, distribuidoras e transportadoras iniciaram uma rodada de renegociação geral das condições de seus contratos.

Todas as concessionárias estaduais recorreram às cláusulas de força maior e pediram à estatal, por exemplo, a revisão das penalidades dos seus contratos de fornecimento com a petroleira. A Petrobras aceitou parcelar as faturas dos meses de abril, maio e junho referentes à compra de gás para o mercado não termelétrico (industrial, residencial, comercial e veicular). Além disso, não

efetuará as cobranças de penalidades referentes à cláusula de “take-or-pay”. Ao mesmo tempo, a Petrobras alega o mesmo motivo para pedir a flexibilização de seus contratos com os sócios de Manati e com as transportadoras, donas dos gasodutos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Estatal mira mais cortes de pessoal

Estatal lançou mais um programa de desligamento voluntário, a quarta iniciativa do tipo criada pela companhia desde 2019

A Petrobras lançou ontem mais um programa de desligamento voluntário para intensificar a redução de seu pessoal, a quarta iniciativa do tipo criada pela companhia desde 2019. Desde 2014, quando entrou em crise financeira, a companhia já reduziu em 28% - ou em 23 mil - o seu número de funcionários.

O novo Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), voltado aos empregados aposentáveis, com vigência até o fim de 2023, é mais um passo da estatal na direção de se tornar cada vez mais enxuta, em linha com a missão da empresa de se preparar para sobreviver a um cenário de preços do petróleo a US\$ 25 o barril. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse recentemente que a petroleira terá de passar por uma “mudança estrutural”, frente à desvalorização da commodity. Ele descartou, contudo, demissões em massa para redução de custos.

O programa anunciado ontem deve ser entendido mais como uma medida de alcance de médio e longo prazos do que de uma ação com consequências imediatas para lidar com a turbulência do mercado neste momento. A estatal calcula que o impacto gerado no caixa pelo PAI será diluído ao longo dos próximos três anos.

A Petrobras calcula que o PAI, junto com o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) 2019, destinado aos aposentados pelo INSS até junho de 2020, terá 3,8 mil inscritos. A empresa estima um retorno adicional (custo evitado de pessoal menos o desembolso com as indenizações) de R\$ 7,6 bilhões até 2025 com os dois planos.

A Petrobras chegou, ao fim de 2019, com um efetivo de cerca de 58 mil trabalhadores, 8,5% a menos do que em 2018. A tendência é que essa força de trabalho continue a cair, conforme a empresa avance com os desinvestimentos e demais PDVs. Além do PAI e do PDV 2019, a Petrobras tem mais outros dois

programas do tipo em curso: um específico para empregados lotados em ativos à venda e um exclusivo para funcionários do segmento corporativo.

Desde 2014, o número de empregados que deixaram a companhia devido aos PDVs soma 17,6 mil. A estatal já pagou R\$ 5,83 bilhões em indenização por esses programas, que até dezembro tinham gerado retorno de R\$ 28,34 bilhões em custos evitados.

O PAI se soma a uma série de outras medidas para redução de custos, anunciadas pela empresa nas últimas duas semanas - essas, sim, com efeitos de curto prazo, voltadas para equilibrar o seu caixa durante a atual crise do petróleo.

Dentre as iniciativas, destacam-se o corte de 29% dos investimentos para 2020, para US\$ 8,5 bilhões; postergações nos pagamentos de dividendos e do programa de remuneração variável; além de cortes temporários de salários e adicionais de funcionários, por meio de redução de jornada de trabalho e da transferência de parte de seus funcionários operacionais para a área administrativa. As medidas enfrentam resistência dos sindicatos, que, por meio da Federação Única dos Petroleiros (FUP), que pede a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem avalia se desfazer de ativos não estratégicos

A Braskem está adotando uma série de medidas para garantir liquidez, em um momento que combina ciclo de baixa do setor petroquímico e crise da covid-19, e reequilibrar a alavancagem financeira, que chegou a 3,7 vezes pela relação entre dívida líquida e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) em dólar, em dezembro. A avaliação de venda de ativos auxiliares, que não são considerados estratégicos, é uma das iniciativas.

“Temos feito alguns movimentos”, afirmou o vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da petroquímica, Pedro Freitas, em teleconferência com analistas. Conforme o executivo, apesar de a alavancagem ter alcançado um nível indesejado - se considerado o Ebitda recorrente, o índice sobe a 4,7 vezes -, a situação da Braskem não é desconfortável em termos de liquidez. No ano passado, comentou, a petroquímica teve geração de caixa de cerca de R\$ 3

bilhões, apesar do ciclo de baixa, e encerrou o ano com US\$ 2,3 bilhões em caixa.

Além disso, a empresa sacou em abril “preventivamente” US\$ 1 bilhão de uma linha de crédito disponível, diante o elevado grau de incertezas sobre o futuro decorrente da covid-19, e deve reduzir em pelo menos 10% os investimentos previstos para este ano, na esteira da desvalorização cambial. Do orçamento para manutenção, 80% dos desembolsos são denominados em reais e 20% em dólares. Do total, cerca de 60% está atrelado ao real e 40% à moeda americana.

Segundo Freitas, uma das fábricas da Braskem na Alemanha teve as operações suspensas por até dez dias, como efeito indireto da pandemia. A unidade passaria por uma parada programada para manutenção em maio, evento que foi adiado por causa a crise sanitária, mas já havia formado estoques para atender o mercado nesse período. “Paramos a fábrica por uma semana ou dez dias para vender os estoques, já que a parada não vai acontecer agora”, disse.

Nos Estados Unidos, o ritmo de operação segue forte, apesar das restrições adotadas para combater a doença, e no México, a Braskem Idesa produziu mais no primeiro trimestre diante da maior disponibilidade de matéria-prima, acrescentou.

No Brasil, comentou Freitas, a taxa de utilização das fábricas tem variado conforme o produto e o plano de produção tem sido revisado semanalmente, a partir de um trabalho de inteligência de mercado, desde o agravamento da crise.

Com vistas a garantir a segurança e saúde de seus funcionários, a Braskem reduziu em 60% o número de pessoas presentes nas unidades fabris e diminuiu drasticamente a presença no escritório central, em São Paulo. Conforme o executivo, a companhia já havia se preparado para trabalhar com uma plataforma mais digital, o que possibilitou a adoção dessas medidas com rapidez.

Para 2020, a companhia elegeu como prioridade a renovação dos contratos de fornecimento de nafta e propeno com a Petrobras. O início de operação da nova fábrica de polipropileno nos Estados Unidos, que foi mantido para o primeiro semestre, também está nessa lista.

Conforme Freitas, não é possível, neste momento, afirmar se a melhora dos spreads de petroquímicos a base de nafta, na esteira da forte desvalorização do

petróleo, vai anular o desaquecimento da demanda por causa da pandemia. “O cenário é muito incerto. É muito difícil responder qual será o resultado líquido disso”, comentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/04/2020

Seção: Internacional

Autor: Timothy Puko e Christopher M. Matthews — Dow Jones Newswires, de Washington e Houston

Título: EUA cogitam taxar petróleo importado para elevar preço

Em conversas com executivos e parlamentares, Trump sugeriu tarifas sobre o petróleo importado, possivelmente sob a mesma lei usada contra a China. Tática visa pressionar Arábia Saudita e Rússia a reduzirem o excesso de petróleo no mercado

O governo do presidente Donald Trump se volta para seu arsenal favorito - tarifas e ameaças - para tentar impedir que uma guerra de preços do petróleo devaste dezenas de empresas americanas.

Em conversas com executivos do setor e parlamentares, Trump sugeriu que pode impor tarifas sobre o petróleo importado, possivelmente sob a mesma lei comercial usada contra a China, segundo fontes. A tática visa pressionar Arábia Saudita e Rússia a reduzir o excesso de petróleo no mercado.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), liderada pela Arábia Saudita, e nações aliadas, como a Rússia, terão videoconferência hoje para negociar acordo sobre cortes na produção. Segundo fontes, Trump pode abandonar a ideia se um acordo for fechado ou se os preços subirem - ontem cotações encerraram o dia em US\$ 25,09 o barril, em Nova York, e US\$ 32,84 em Londres.

Washington argumenta que as forças do mercado reduzirão a oferta e resiste à pressão para exigir cortes dos produtores americanos. Também não planeja ter representante na videoconferência.

“Eu usarei tarifas, se precisar”, disse Trump no domingo. “Eu não acho que vou precisar.”

Ontem à noite, Trump reiterou que as companhias americanas já reduziram sua produção de petróleo, indicando que os EUA não pretendem fazer parte de um esforço global coordenado. Numa referência velada à ameaça de tarifas, ele

disse que tem muitas opções caso a Opep e a Rússia não cheguem a um acordo para reduzir a oferta e estabilizar os preços.

A imposição de tarifas é o plano de contingência mais provável se o problema persistir, segundo essas fontes, e o simples fato de ameaçar impô-las é uma maneira de Trump encontrar pontos de alavancagem em uma ofensiva diplomática.

“As tarifas são uma das ferramentas favoritas do presidente, e ele tem muita autoridade sobre elas”, disse o senador republicano Kevin Cramer, que tem conversado com Trump sobre a questão.

Pessoas a par das discussões disseram que o governo estuda usar a seção 301 da Lei de Comércio de 1974, usada para impor tarifas sobre as importações chinesas. A lei dá ao presidente poderes para iniciar processo comercial contra barreiras estrangeiras injustas às exportações dos EUA e promulgar tarifas se um acordo não for feito.

Harold Hamm, presidente da perfuradora de xisto Continental Resources, tem pressionado por investigações comerciais contra os sauditas, por "despejar petróleo barato no mercado deslealmente".

Uma fonte a par das discussões na Casa Branca diz que a possibilidade de impor tarifas com base na seção 232 da Lei de Expansão Comercial de 1962 também foi levantada. Essa medida confere ao presidente poderes discricionários e a possibilidade de agir rápido se considerar a existência de risco à segurança nacional.

Hamm e muitos produtores de petróleo pressionam o governo Trump por ajuda desde o colapso da aliança entre a Arábia Saudita e a Rússia, no mês passado. Os preços do petróleo já tinham começado a despencar com a pandemia do coronavírus, que desacelerou a economia e encolheu a demanda, e as empresas americanas entraram na crise atoladas em dívidas.

Deputados republicanos enviaram carta ao príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, alertando que a cooperação econômica e militar entre os dois países estava em risco, se a Arábia Saudita não cortar sua produção. “Se o país falhar em agir para reverter essa crise de energia fabricada, encorajaremos resposta recíproca que o governo dos EUA considerar apropriada”, diz a carta assinada por quase 50 republicanos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/04/2020****Seção: Opinião****Autor: Claudio Sales e Eduardo Monteiro****Título: A contribuição dos serviços essenciais durante a crise**

Eventual disparada de inadimplência das contas de luz pela impossibilidade de corte afetará distribuidoras

A crise sem precedentes que vivemos por consequência da covid-19 afeta a todas as pessoas em todos os países. Enquanto nos solidarizamos com as autoridades que precisam agir rapidamente sob muita pressão e agradecemos aos profissionais da saúde que arriscam suas vidas para cuidar da população infectada, também nos preocupamos em oferecer contribuições concretas para a continuidade da operação dos setores essenciais para o enfrentamento da crise.

As centenas de milhares de profissionais que têm trabalhado incessantemente para gerar, transmitir, distribuir e comercializar eletricidade sabem que o “produto final” por trás da complexa cadeia de valor do setor é a base para que todos os demais setores funcionem. É por isso que o setor elétrico é considerado essencial.

Eventual disparada da inadimplência das contas de luz trará desequilíbrio financeiro a distribuidoras

Todos os setores econômicos sofrem impactos profundos e precisarão dar suas contribuições para a saída da crise. Obviamente não será diferente para o setor elétrico. No entanto, por ser um setor regulado, toda e qualquer medida precisa ser pensada de forma coordenada e integrada porque a legislação e a regulação do setor, quando concebidas, não tinham diante de si um cenário como esse para testar a sua funcionalidade.

Os arranjos contratuais entre geradoras, transmissoras, distribuidoras, comercializadoras e consumidores são extremamente sincronizados e interdependentes. Logo, movimentos unilaterais que alteram leis e regras do setor podem induzir ao caos jurídico e a uma escalada de judicialização, prejudicando a coesão necessária para enfrentarmos nosso único real inimigo: o coronavírus.

Quando a Aneel, agência reguladora do setor, decidiu, em 24 de março, que as distribuidoras não poderão cortar energia nos próximos três meses de consumidores residenciais inadimplentes, assim o fez com motivação compreensível. O próprio relator da matéria observou que “não se trata de isentar os consumidores do pagamento pelo uso da energia, mas somente de garantir a continuidade do fornecimento àqueles que, neste momento de calamidade pública, não tiverem condições de se manter adimplentes”.

Entretanto, os consumidores residenciais respondem por quase metade do faturamento do setor (47,5%) e o aumento da inadimplência decorrente dessa medida, somado à queda do consumo pela drástica diminuição da atividade econômica, imporá sérias dificuldades para que as distribuidoras mantenham seus serviços de acordo com nossas necessidades e expectativas. Este é um exemplo de medida que tratou de um aspecto da crise, mas que produzirá impactos indesejáveis que deverão ser rapidamente endereçados pela própria Aneel.

É importante lembrar que a conta de luz coleta os recursos que sustentam toda a cadeia de valor do setor. De cada R\$ 100 pagos, cerca de R\$ 18 são destinados às distribuidoras, R\$ 26 para os geradores (usinas hidrelétricas, termelétricas, eólicas e solares) e R\$ 6 aos transmissores. Os 50% restantes são destinados ao pagamento de impostos, encargos e subsídios.

A crise da covid-19 imporá outros desafios enormes às operações elétricas. Em que pese as empresas do setor já estarem adotando medidas excepcionais para garantir que seus profissionais permaneçam seguros enquanto conduzem suas atividades, as exigências de distanciamento social têm motivado a emissão de decretos estaduais e municipais em várias regiões do Brasil que impedem a continuidade e conclusão de obras de expansão e manutenção de ativos das usinas geradoras e das redes de transmissão e distribuição.

Além de evitar a criação de novas medidas legais e regulatórias que, embora bem-intencionadas, poderão criar problemas de segunda ordem que se somarão aos problemas originais, é crucial contar com o apoio e pragmatismo das autoridades governamentais para ações concretas que produzirão efeitos positivos e rápidos e evitarão que o setor elétrico se fragilize em momento que exige robustez máxima dos serviços essenciais.

No rol de ações concretas, por exemplo, podemos pensar na definição de protocolos de operação que, sem comprometer a segurança dos trabalhadores,

permitam a continuidade ou retomada das atividades nos setores industrial, de construção e de energia elétrica. A rápida disponibilização de testes para monitoramento diário da saúde dos trabalhadores destes setores também seria um ótimo instrumento.

Uma segunda ação importante é a oferta de financiamento oficial - com apoio de bancos como o BNDES em condições adequadas e prazos de amortização compatíveis com o desequilíbrio financeiro a que estão expostas as distribuidoras - para amenizar o impacto da eventual disparada de inadimplência das contas de luz pela impossibilidade de corte de fornecimento. Na mesma linha, o diferimento de impostos federais e estaduais sobre eletricidade poderia aliviar a crise de liquidez que afetará o caixa das distribuidoras de eletricidade no curto prazo.

Uma terceira ação urgente que poderia partir de iniciativa coordenada em nível federal é o cancelamento de decretos estaduais e municipais que têm parado as obras de projetos importantes para a manutenção da oferta confiável de eletricidade.

Além das medidas acima, uma reflexão muito oportuna seria colocar um holofote sobre os 50% de impostos e subsídios embutidos na conta de luz em prol da desoneração dos consumidores, buscando não apenas reduzir impostos federais e estaduais, mas também iniciar a redução de subsídios injustificáveis em tempos normais, e inaceitáveis em tempos de crise.

A crise global e multisetorial que atravessamos exige, mais do que nunca, a emergência de líderes com a capacidade de unir, planejar e agir.

Unir é fundamental para evitar dispersão de foco e para desenhar medidas equilibradas e universais que garantam que ninguém ou nenhum setor essencial seja deixado para trás. Planejar com serenidade é indispensável para trazer racionalidade em momento tão suscetível a emoções até compreensíveis, porém improdutivas. Partir para a ação, mas de forma unida e planejada, é a melhor estratégia para acelerar a saída da crise e pavimentar a retomada da normalidade em nossas vidas.

Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro são presidente e diretor executivo do Instituto Acende Brasil

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 09/04/2020**Seção:** Legislação**Autor:****Título:** Destaques

Distribuição de energia

A juíza Janaína Saraiva da Silva, da 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo (RS), determinou que a RGE Sul Distribuidora de Energia suspenda atividades não essenciais para a manutenção da distribuição de energia elétrica. A ordem atende a pedido de tutela provisória de urgência, em ação civil pública movida pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul (Senergisul). Na fundamentação de sua decisão, a julgadora observou que a pandemia traz uma situação de “conflito de valores fundamentais da República: a proteção à saúde do trabalhador e a manutenção de atividade essencial à comunidade para assegurar o desenvolvimento da cidadania”. Ela entendeu haver “espaço para a ampliação das medidas preventivas de proteção à saúde dos empregados da reclamada, sem que com isso seja afetada a prestação dos serviços essenciais à população”. Isso porque, destacou, “o fato de a reclamada prestar serviços essenciais à população não significa que todas as atividades realizadas por seus empregados sejam, do mesmo modo, essenciais”. A decisão foi mantida em segunda instância (nº de processo não divulgado).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 09/04/2020**Seção:** Colunas**Autor:** Celso Ming**Título:** O petróleo e a implosão de uma geopolítica

A Opep+ (esse + é a Rússia) tem nesta quinta-feira em Viena uma reunião extraordinária para fechar (ou não) novo acordo para reduzir a oferta de petróleo pelos países do grupo. O objetivo é buscar certa recuperação nos preços, que desabaram dos US\$ 50 por barril para a altura dos US\$ 35 a partir do dia 9 de março (veja o gráfico), quando a Rússia não apenas se recusou a cortar suas exportações, mas avisou que exportaria mais. Seu principal objetivo nessa negativa foi tirar do mercado as produtoras de óleo de xisto dos Estados Unidos. Há mais de 120 anos, o petróleo vinha sendo considerado produto altamente estratégico. Como tal, determinou sua própria geopolítica. Para se livrar da dependência de suprimento do Oriente Médio – e, de quebra, prejudicar certos financiamentos a grupos islâmicos radicais –, os Estados

Unidos favoreceram a exploração de óleo de xisto em seu território, atividade que há dois anos os tornou exportadores.

A Rússia vem usando petróleo e gás para aumentar sua influência sobre a Europa. E esta passou a adotar políticas de redução de consumo, para viabilizar as metas de redução do efeito estufa e para reduzir sua dependência de combustíveis fósseis. Os Estados Unidos vinham pressionando seus aliados europeus a desistir da construção do gasoduto russo Nord Stream 2. O alastramento do novo coronavírus começa a desmontar esse megajogo. O consumo de energia despencou com a brutal redução da atividade econômica. O mundo está encharcado de petróleo. A maior parte dos produtores dos campos de xisto dos Estados Unidos ficou inviabilizada. Quase todos os países da Opep passaram a enfrentar grandes rombos fiscais em consequência da quebra das receitas com royalties e exportações.

Como observa Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), especialista em petróleo e gás, o jogo conjunto entre a Arábia Saudita e a Rússia foi por água abaixo com a crise econômica produzida pelo coronavírus: “É inédito o que acontece agora no mercado de óleo. Nunca houve tanta oferta, com preços em queda e tão pouca demanda. Não fosse a crise do coronavírus, a estratégia teria sido bem-sucedida”. Para ele, as novas condições do mercado produziram importante ganhador: a China. Grande compradora mundial, a segunda maior economia do mundo pode agora tirar proveito das novas condições de preços. Seu governo está cuidando para garantir grandes estoques a preços ínfimos. Assim, poderá impulsionar a retomada da atividade econômica a custos bem mais baixos, após meses de sufoco.

Walter Franco, professor de Economia do Ibmec São Paulo, observa que o principal objetivo da Europa vem sendo reduzir sua dependência por combustíveis fósseis. É o que sustenta a transição energética pela qual os europeus vêm passando, o que força os investimentos em matrizes limpas e renováveis. “Toda estratégia da Opep falha quando o setor produtivo global depende menos de combustíveis fósseis. O mercado mundial está rechaçando a manipulação dos preços.” Do encontro formal da Opep+ desta quinta-feira não participará um terceiro e importante player do mercado: os Estados Unidos. Mas qualquer decisão terá de levá-lo em conta. Donald Trump não pode determinar a redução da oferta de óleo dos Estados Unidos porque estaria interferindo num setor altamente regulado pelas leis antitruste.

Mas poderá aumentar ou diminuir a ajuda financeira às empresas que agora estão em perigo e, assim, garantir sua sobrevivência. De todo modo, para que tenha relevância, uma redução da oferta nesta reunião da Opep teria de ser superior a 5 milhões de barris diários, algo em torno de 5% menor do consumo antes da crise. É improvável que a outra reunião agendada para sexta-feira, a de

ministros de Energia e Petróleo do grupo das 20 maiores economias, com objetivo de examinar o mesmo assunto, possa obter grandes avanços sobre o que decidir a Opep+. / COM GUILHERME GUERRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/04/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES, ANNE WARTH, CIRCE BONATELLI, CRISTIANE BARBIERI E CYNTHIA DECLOEDT

Título: » Na hora.

Coluna do broadcast

A medida provisória que o governo vai enviar ao Congresso com medidas para o setor elétrico estava prevista para ser publicada no Diário Oficial da União entre ontem e hoje. A proposta vai trazer o aporte de R\$ 900 milhões do Tesouro Nacional para bancar a conta de luz dos consumidores cadastrados no programa Tarifa Social, por três meses. A MP também vai autorizar o empréstimo para distribuidoras, a exemplo do que foi feito em 2014 e 2015. Na época, foram R\$ 21 bilhões.

» Regras. A MP, no entanto, não trará detalhes sobre o financiamento, cujos valores são estimados entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões. Um decreto, ainda em elaboração, terá informações mais claras sobre como a operação será montada. Ainda não foram definidos valor, juros, prazo e carência, nem quais bancos vão participar do pool.

» Sobrou para as tarifas. Uma coisa é certa: as garantias serão recebíveis da conta de luz paga pelo consumidor. Para aliviar o impacto nas tarifas, o governo avalia a possibilidade de liberar outros fundos setoriais. Os bancos já sinalizaram que a operação seguirá taxas de mercado.

» Protesto. Os fabricantes de alumínio são mais um setor a engrossar o coro de descontentes contra os bancos, na epidemia de coronavírus. Depois das varejistas e das incorporadoras imobiliárias, a Associação Brasileira do Alumínio (Abal) vem a público reclamar dos altos custos dos empréstimos, na hora em que as empresas mais precisam de liquidez.

» Proteção. No setor do alumínio, a situação é especialmente difícil para os extrusores, geralmente empresas de porte médio, que respondem por um terço do metal consumido no País. Se a dificuldade de crédito persistir, mais de 100 empresas do segmento correm o risco de quebrar, segundo a Abal. Para Milton Rego, presidente executivo da entidade, “a postura do setor financeiro lembra a definição de Mark Twain: ‘Um banqueiro é o sujeito que empresta o seu guarda-

chuva quando o sol está brilhando e quer de volta no instante em que começa a chover”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/04/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Alô, ministro Bento Albuquerque!

Toda a benquerença com a decisão do governo de criar uma renda mínima de R\$ 600, embora uma parte expressiva dessa grana — pode chegar a R\$ 100 — seja necessária só para conseguir comprar botijão de gás de cozinha.

O governo precisa ficar atento ao que está acontecendo com o comércio de botijão, inclusive nas comunidades mais pobres. A Petrobras baixou o GLP uns 21% no ano. Para o consumidor, contudo, o preço subiu 0,05% no mês. Aumentou inclusive no mês em que o petróleo teve a maior queda na História.

Aliás...

Já corre na Câmara um projeto de lei (1250/2020) que fixa em R\$ 49 o preço do botijão de 13kg enquanto durar no Brasil o estado de calamidade decretado por causa da pandemia de Covid-19. Talvez não seja a melhor solução. Mas é preciso enfrentar com coragem esse problema que atinge parte expressiva da nossa gente pobre.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/04/2020

Seção: Economia

Autor: MANOELVENTURA BRASÍLIA

Título: Brasil é pressionado a reduzir produção de petróleo

Países exportadores tentam costurar acordo de corte de até 10 milhões de barris por dia, o que viabilizaria a recuperação de preço do produto. Amanhã, reunião do G-20 deve discutir como os países podem reduzir sobre oferta global

O governo brasileiro está sendo pressionado a participar de um acordo costurado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) para cortar a produção global de petróleo, de maneira a fazer subir o preço do produto em todo o mundo. As conversas se intensificaram nos últimos dias, mas ainda não há decisão tomada por parte do Brasil, segundo fontes que acompanham as negociações.

O ministro de Minas e Energia do Brasil, Bento Albuquerque, teve uma longa reunião na terça-feira com o secretário de Energia dos Estados Unidos, Dan Brouillette, para discutir o assunto. O aumento dos preços também pode interessar aos EUA por causa da forma como o petróleo é extraído naquele país. Um patamar muito baixo, segundo especialistas, dificulta a produção do petróleo de xisto. Fraturas e perfurações hidráulicas em campos de xisto converteram os Estados Unidos em um poderoso exportador da commodity.

Os países membros da Opep se reúnem hoje para discutir um corte coletivo na produção, que pode chegar a dez milhões de barris por dia — o maior da história — como forma de combater os efeitos do coronavírus, que tem prejudicado muito a demanda. Com menos petróleo disponível, o preço sobe.

CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Uma outra reunião está marcada para amanhã, dessa vez no âmbito do G-20, também para discutir o choque dos preços. O ministro de Minas e Energia confirmou sua presença na reunião com representantes dos países do G-20 e tem mantido contato com autoridades da Arábia Saudita e dos Estados Unidos. Dessa reunião pode sair o anúncio de um esforço coordenado entre as potências petrolíferas para, de forma pontual, enxugar a sobre-oferta global.

Integrantes do cartel internacional do petróleo fizeram chegar às autoridades brasileiras que qualquer acordo final sobre quanto a Opep e seus aliados (um grupo chamado de Opep+) cortará vai depender substancialmente do quanto Brasil, Estados Unidos e Canadá estão dispostos a contribuir.

O ministro brasileiro conversou no domingo com o seu homólogo da Arábia Saudita, príncipe Abdulaziz bin Salman Al Saud. Segundo o ministério informou, o príncipe perguntou se o Brasil “se inclinaria a integrar o esforço de coordenação internacional na busca de mecanismos que contribuam para a estabilização do mercado internacional de petróleo’..

IMPACTO PARA ESTADOS

A tendência é que uma decisão final só seja tomada na reunião de sexta-feira, do G-20. O objetivo no corte de produção é aumentar o preço do barril de petróleo, que está em níveis historicamente baixos por conta da falta de demanda causada pelo coronavírus, na casa dos US\$ 30.

O Brasil se tornou um player importante nas negociações porque hoje o país é um dos dez maiores exportadores de petróleo do mundo. Um corte na produção, porém, pode impactar diretamente as contas de estados e municípios produtores, além do próprio governo federal.

Há dúvidas, porém, de como o Brasil poderia cortar sua produção, caso seja essa a decisão. A Petrobras, estatal, é a principal empresa do setor, mas o país tem um ambiente de negócios marcado por pluralidade de companhias privadas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/04/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Com programa de incentivo, Petrobras quer aposentar 3.800

Estatal retoma desligamento voluntário e busca economizar R\$ 7,6 bi até 2025

A Petrobras anunciou ontem um novo programa para incentivar a aposentadoria de empregados, com a expectativa de economizar R\$ 7,6 bilhões até 2025. Também foram reabertos outros três programas de desligamento voluntário já lançados. A estimativa da empresa, que tem atualmente cerca de 47 mil empregados, é que haja adesão de até 3,8 mil funcionários aos programas.

Segundo a Petrobras, as medidas são parte do que chama de um plano de “resiliência” para reduzir custos e sobreviver a um cenário de preços internacionais do petróleo baixos. O preço da commodity despencou com o agravamento da pandemia do coronavírus e a paralisação de cidades e atividades industriais.

PROVISÃO DE R\$ 1,29 BI

O novo programa, aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras, vale para empregados que já têm idade para requerer o benefício pelo INSS. Terá vigência até 31 de dezembro de 2023 e poderá ter a adesão de funcionários que tiverem requerido aposentadoria a partir de 12 de novembro de 2019.

A empresa também fez ajustes em três outros programas de demissão incentivada que já haviam sido lançados para funcionários já aposentados, lotados em unidades à venda ou para empregados do setor corporativo, mas não informou detalhes sobre as mudanças nos incentivos. A Petrobras afirmou apenas que fará uma provisão adicional de R\$ 1,29 bilhão no balanço do segundo trimestre de 2020 para custear os novos compromissos.

“É mais uma medida com foco na redução de custos, a fim de reforçar a resiliência dos negócios da companhia”, destacou a Petrobras em nota.

No mês passado, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que a empresa adotaria fortes medidas de redução de seus custos com o objetivo de preparar a Petrobras para conviver com o petróleo abaixo de US\$ 25 e não mais a US\$ 40.

Nas últimas semanas, a estatal já anunciou cortes de investimentos e de produção e a redução temporária de salários e jornada de trabalho de 21 mil empregados, além do adiamento do pagamento de bônus e dividendos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/04/2020

Seção: Economia

Autor: PEDRO CAPETTI E RAMONA ORDONEZ

Título: Campeões de royalties usam recursos do petróleo contra vírus

Cidades com reservas têm mais facilidade para investir em ações de saúde enquanto as que gastam mal agora sofrem para fechar as contas

Municípios campeões de arrecadação de royalties e participações especiais da indústria do petróleo têm se destacado pela capacidade de aumentar investimentos em saúde para enfrentar o coronavírus. Em contraste, outras cidades beneficiadas nos últimos anos pela mesma riqueza, mas que não fizeram o dever de casa, sofrem para fechar as contas num momento delicado.

As prefeituras na costa dos estados do Rio, Espírito Santo e São Paulo enfrentam uma dupla crise: a demanda por recursos para medidas extraordinárias de saúde e na área social sobe enquanto enfrentam redução de até 40% nos repasses das compensações financeiras da produção do petróleo este ano. Isso porque o preço internacional do barril despencou com a forte redução da demanda por combustíveis.

Nas três maiores beneficiárias de royalties em 2019, a gestão fiscal mais responsável e a garantia de recursos guardados em fundos soberanos facilitaram as despesas para enfrentar a crise sanitária. Maricá, na Região dos Lagos fluminense, recebeu mais de R\$ 1,6 bilhão do petróleo em 2019. A cidade já destinou cerca de R\$ 130 milhões desse montante para ações de saúde, renda básica e concessão de crédito.

Maricá dividiu com Niterói —que fica na região metropolitana do Rio e é a segunda no ranking dos royalties —o investimento de R\$ 90 milhões em um hospital de campanha na vizinha São Gonçalo, uma das cidades com IDH mais baixo do país. As iniciativas niteroienses para mitigar os efeitos da pandemia somam cerca de R\$ 300 milhões, pouco menos de 10% do orçamento anual da prefeitura (R\$ 3,6 bilhões) e exatamente o que a cidade tem em um fundo

soberano, que ainda não foi utilizado. O município, que tem 94 casos confirmados de Covid-19 e duas mortes, investiu alto em testagem. Niterói comprou 80 mil testes para coronavírus, o suficiente para testar 15% da população.

—O que estamos investindo vem do superávit que produzimos em 2019. A poupança dos royalties criada para enfrentar cenários de crise foi e está sendo fundamental para a decisão de ações contra a Covid-19. Se for necessário, vamos usar (a reserva) —diz Rodrigo Neves (PDT), prefeito de Niterói.

Ações similares foram adotadas em Ilhabela, no litoral norte de São Paulo, onde o fundo soberano com mais de R\$ 215 milhões ainda não foi tocado. Cerca de R\$ 25 milhões, da sobra de caixa de 2019, foram usados na criação de uma renda básica e de um vale-alimentação para amenizar os efeitos econômicos da pandemia, diz Fernando Crésio, secretário de Fazenda.

FUTURO COMPROMETIDO

José Luis Vianna, professor das universidades Cândido Mendes e Federal Fluminense (UFF) que estuda o impacto local dos royalties do petróleo, observa que os municípios que se planejaram podem se dar ao luxo de usar os recursos de fundos especiais sem comprometer o futuro. Já os que gastaram mal a renda extra têm agora o desafio de cortar despesas para sobrar algo para a saúde.

Na lista dos “ex-ricos”, cidades do Norte Fluminense e da costa capixaba sofrem com a falta de uma reserva constituída no auge dos royalties. Como os recursos não foram bem empregados nos últimos anos, as cidades ficaram dependentes dos royalties para as contas básicas. Além da queda do preço do barril, o deslocamento da produção para os campos do pré-sal, na Bacia de Santos, não beneficia mais tanto essas cidades como antes.

—Quando Campos “nadou de braçada” no quesito royalties, ninguém pensou na criação desse fundo. E hoje em dia, infelizmente, quando a queda de arrecadação é absurda, não temos essa reserva porque o dever de casa não foi feito lá atrás — admite Rafael Diniz (Cidadania), prefeito de Campos dos Goytacazes, que estima queda na arrecadação dos royalties e participação especial na ordem de 40% em relação ao ano passado.

Em Macaé, a única reserva, de cerca de R\$ 180 milhões, foi feita para proteger o município de queda de arrecadação de uma possível redistribuição dos recursos do petróleo, ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF). Parte desse recurso agora vai para um programa que oferece vale-alimentação de R\$ 200

para alunos da rede municipal e para a compra de 15 mil kits de testes para coronavírus.

Em Itapemirim (ES), a queda da arrecadação forçou a prefeitura a adotar medidas de ajuste orçamentário para priorizar a compra de testes e equipamentos de saúde.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/04/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Governo vai bancar contas de luz para a baixa renda

Custo da medida, que durará 3 meses, é avaliado em R\$ 900 milhões

O governo federal vai gastar R\$ 900 milhões para pagar a conta de luz de consumidores de baixa renda, por conta dos impactos econômicos causados pelo avanço do novo coronavírus. A medida ficará em vigor por três meses e atenderá quem está inscrito no cadastro de benefícios sociais do governo.

CELULAR EM ANÁLISE

A medida provisória (MP) com a destinação dos recursos está pronta e deve ser publicada ainda esta semana, de acordo com fontes que participam das discussões. Será a primeira vez, desde 2014, que o governo aportará recursos do Tesouro Nacional nas contas de luz.

A decisão amplia a Tarifa Social de Energia Elétrica. Atualmente, o programa funciona de forma escalonada. Agora, o governo vai isentar as pessoas de pagarem as contas de luz, desde que o consumo não ultrapasse 220 quilowatts-hora (kWh) por mês, durante um período de três meses.

O Ministério de Minas e Energia estima que a isenção nas tarifas de energia elétrica para os consumidores de baixa renda representará um alívio nas despesas de 9 milhões de famílias.

Ao todo, a medida irá custar R\$ 1,2 bilhão, mais do que o aporte da União. Por isso, o restante dos recursos deve vir de sobras de recursos do fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Portanto, não haverá impacto para os demais consumidores.

O governo também avalia criar um vale mensal para que clientes de menor poder aquisitivo possam manter as contas de celular. A medida, em estágio menos avançado que a da luz, foi proposta pela Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel) e as operadoras. O valor ainda está em discussão no Ministério das Comunicações, assim como a fonte de recursos para pagar essa medida.

MME / ASCOM .